

X LEGISLATURA
ACTA Nº 101/X/4ª SL

Aos dez dias do mês de Fevereiro de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, tendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Audição do Presidente da Autoridade da Concorrência**
2. **Apreciação e votação de Actas**
3. **Requerimento do CDS-PP – Audição de várias entidades sobre a execução e aplicação do QREN**
4. **Relatório da Audiência concedida à Associação Nacional do Ramo Automóvel – ARAN**
5. **Distribuição do Projecto do Lei 652/X/4 - "Torna obrigatória para as empresas concessionárias da distribuição de gás natural a instalação de postos públicos de abastecimento de gás natural comprimido (GNC) nas capitais de distrito das suas respectivas áreas geográficas."**
6. **Ponto de situação dos Projectos de Resolução**
7. **Outros assuntos:**
 - Expediente
 - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da CAEIDR deu início aos trabalhos, dando as boas-vindas ao Sr. Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), Prof. Manuel Sebastião. De seguida, tratando-se de uma audição na sequência de um Requerimento do PCP, aprovado pela Comissão, deu a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP para uma intervenção inicial.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes interveio sobre a existência de posições dominantes e de abusos de posição dominante na economia nacional, os prazos de actuação da AdC, a ausência de descida no preço dos combustíveis a par da redução do preço do crude, as queixas dos preços da madeira praticados pelas empresas de celulose, a actuação das empresas seguradoras com as oficinas do sector automóvel e no âmbito da actuação das empresas de assistência em viagem junto de empresas de reboque e desempanagem, a privatização de espaços cemiteriais e a actuação das grandes superfícies. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Manuel Sebastião para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio a Sra. Deputada Rita Miguel, que questionou o Prof. Manuel Sebastião sobre situações relacionadas com o sector funerário e a eventual existência de um abuso de posição dominante, a actuação das empresas seguradoras no sector automóvel e a eventual possibilidade de acção da Assembleia da República. Interveio, ainda, o Sr. Deputado Jorge Almeida, que colocou questões sobre a variação dos preços de bens alimentares em 2008 e dos respectivos preços de produção e a eventual identificação de medidas reguladoras que criem equilíbrio entre as grandes superfícies e de retalho e os pequenos produtores ou associações de agricultores. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Manuel Sebastião para responder às questões colocadas.

Usou, igualmente da palavra a Sra. Deputada Rosário Águas, que colocou questões sobre as condições, em termos de práticas de concorrência, do lançamento de concursos de empreitadas agrupadas para a recuperação de escolas secundárias e sobre as condições de prolongamento do contrato de concessão do terminal de contentores de Alcântara. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Manuel Sebastião para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Helder Amaral, tendo questionado o Presidente da AdC sobre a expectativa de maior proactividade da AdC no actual contexto conjuntural, sobre eventuais abusos de

posição dominante ou de dependência económica nos sectores da panificação, hortofrutícolas e lacticínios, o sector do tabaco, a prática das empresas de seguros no sector automóvel e, ainda, o sector eléctrico. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Manuel Sebastião para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente deu, de seguida, início à segunda ronda, dando a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Lopes, que, por seu turno, considerou ter a AdC admitido a falta de acção necessária na defesa da concorrência. Recordou as questões por si colocadas na primeira ronda para ilustrar a sua opinião sobre a existência de abuso de posição dominante e a necessidade de uma acção proactiva da AdC, bem como do aproveitamento do património colocado pelas anteriores administrações da Autoridade, considerando não ser possível a actuação da AdC apenas com base em queixas recebidas.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Jorge Almeida, que colocou questões sobre o esmagamento de preços no sector de lacticínios, a posição dominante das grandes superfícies face aos pequenos produtores e a incapacidade de agregação de oferta.

Posteriormente, usou da palavra a Sra. Deputada Rosário Águas, que manifestou a sua perplexidade pela ausência de liberdade manifestada na resposta do Presidente da AdC, num contexto de autonomia administrativa e financeira consagrada nos estatutos da AdC e do dever de a AdC assegurar a defesa da prática da concorrência. Recordou, ainda, as disposições estatutárias da AdC sobre a representação técnica do Estado em instâncias comunitárias e internacionais e a consequente responsabilidade da AdC em caso de incumprimento do Estado das regras de concorrência. Colocou questões sobre a actuação dos Bancos na venda de produtos não-financeiros e sobre o modelo de construção da rede de fibra óptica que melhor defenderá os interesses dos consumidores.

Usou, ainda, da palavra o Sr. Deputado Helder Amaral, que deu conta das propostas do GP do CDS com vista a assegurar uma maior independência da AdC. Considerou que a Autoridade deveria ter maior proactividade e independência. Questionou sobre o número de processos instaurados, coimas aplicadas pela AdC e dificuldades de acção, sobre a posição dominante do sector eléctrico.

O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Manuel Sebastião para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados ao longo da segunda ronda.

O Sr. Presidente abriu, ainda, uma terceira ronda de intervenções.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou as questões sobre a incompatibilidade com as regras de concorrência na gestão dos espaços cemiteriais, sobre as dificuldades apresentadas pelas associações empresariais do sector automóvel e sobre a actuação das grandes superfícies.

Interveio, ainda, a Sra. Deputada Hortense Martins, que questionou o Prof. Manuel Sebastião, na sequência de uma audição à AHRESP realizada na Subcomissão de Turismo, sobre as comissões cobradas pela utilização dos cartões de débito e crédito em Portugal, nomeadamente se comparadas com a prática existente em Espanha.

O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Manuel Sebastião para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados na terceira ronda.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da CAEIDR agradeceu a presença e intervenções dos diferentes intervenientes e deu por terminada a audição do Presidente da Autoridade da Concorrência.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e Aprovação de Actas**, foram apreciadas e votadas favoravelmente por unanimidade as actas n.º 92, n.º 93, n.º 94 e n.º 95, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo ao **Requerimento do CDS-PP – Audição de várias entidades sobre a execução e aplicação do QREN**, o Sr. Deputado Helder Amaral apresentou o Requerimento. O Senhor Deputado Afonso Candal questionou se as audições teriam lugar separadamente da agenda já definida no âmbito das audições periódicas regimentalmente definidas ou se pretende adicionar a temática às reuniões já agendadas. O senhor Deputado Hélder Amaral deu conta que o Requerimentos pretende ter concretização prática, e como tal, aceitaria que o tema seja acrescentado à ordem de trabalhos da reunião com o Senhor Ministro da Economia e da Inovação, enquanto os restantes seriam ouvidos em audição a realizar com a brevidade possível. O Senhor Presidente sintetizou este pequeno debate clarificando que, por consenso, a temática do QREN seria acrescentada à Ordem do Dia a realizar com o Senhor Ministro da Economia e da Inovação a 17 de Fevereiro e que os restantes Ministros seriam ouvidos em audição a realizar em data a acordar, em caso de aprovação do Requerimento. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis do CDS-PP, PSD e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente ao **Relatório da Audiência concedida à Associação Nacional do Ramo Automóvel – ARAN**, o Senhor Deputado Ventura Leite efectuou uma breve apresentação do Relatório, solicitando que o mesmo fosse enviado às entidades nele referenciadas.

No ponto 5 da Ordem do Dia, relativo à **Distribuição do Projecto do Lei 652/X/4 - "Torna obrigatória para as empresas concessionárias da distribuição de gás natural a instalação de postos públicos de abastecimento de gás natural comprimido (GNC) nas capitais de distrito das suas respectivas áreas geográficas"**, procedeu-se à distribuição ao GP do PSD do referido Projecto de Lei nº 652/X/4, tendo sido nomeada a Sra. Deputada Rosário Águas para elaboração do respectivo parecer.

No ponto 6 da Ordem do Dia, referente ao **Ponto de situação dos Projectos de Resolução**, os GP do PCP e do PS comunicaram que os respectivos Projectos de Resolução pendentes deverão ser discutidos em sede de Comissão.

No ponto 7 da Ordem do Dia, relativo aos **Outros Assuntos**, foi analisado o expediente, tendo o Sr. Presidente informado que deveria ser constituído um Grupo de trabalho para receber em audiência a União dos Sindicatos de Castelo Branco.

A reunião foi encerrada às 17h25, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 10 de Fevereiro de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 10 de Março de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- David Martins
- Duarte Lima
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Carlos Lopes
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Jorge Fão
- Jorge Tadeu Morgado
- José Soeiro
- Manuel José Rodrigues
- Maximiano Martins

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Luís Fazenda
- Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Francisco Madeira Lopes
- Hugo Velosa